



FONTE: AGENCIA DE NOTICIAS DO GRUPO FOLHA

## **Claudio Luiz Lottenberg**

*PRESIDENTE DO HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN*

# “O Estado precisa ter um mapa das necessidades regionais de saúde”

*O primeiro e o maior desafio do governo é ampliar o acesso à saúde da população mais pobre, que está distante dos principais centros de atendimento, diz o presidente do Albert Einstein*

“A saúde é um desafio permanente para qualquer governo e país. As condições epidemiológicas mudam siste-

maticamente, o envelhecimento da população evidencia outros tipos de problemas e não param de surgir novos elementos que interferem e levam a quadros diferentes de doenças. É um desafio para os profissionais de saúde entender melhor todas essas transformações, diagnosticar os novos problemas e tratá-los. Evidentemente que a partir disso surge outro desafio, que é o da sustentabilidade. Para garantir acesso a tudo isso, é preciso ter recursos econômicos.

A sociedade aloca, e sempre vai alocar, recursos para a saúde, mas o financiamento será sempre menor do que o necessário em função dos novos desafios que surgem a cada dia em termos de doenças e do custo das novas tecnologias. Isso é uma realidade mundial. Se não fosse verdade, o governo Barak Obama não estaria tão preocupado em encontrar ferramentas para que a saúde seja mais universal no sistema norte-americano. Mas, no Brasil, o primeiro e o maior desafio do governo é ampliar o acesso à saúde da população mais pobre, que está distante dos principais centros de atendimento. Esse problema de acesso decorre, particularmente, da política de saúde homogênea implantada no País, que tem dimensões continentais.

Para garantir um mínimo de acesso e ter um plano diferenciado, o Estado precisa ter um mapa das necessidades regionais de saúde porque os padrões de doenças encontrados no Norte do País são totalmente diferentes do que os se observa no Sul e assim por diante. É necessário também estimular os profissionais, para se obter sucesso num plano de regionalização da saúde. Os profissionais precisam ser incentivados com oportunidades de crescimento e remuneração mais adequada e hoje o SUS (Sistema Único de Saúde) é uma plataforma extremamente engessada para realizar essas mudanças.

A alternativa é estimular o setor privado de saúde, porque no sentido do crescimento meritocrático, da remuneração por meritocracia, ele avançou mais do que o sistema público. Se o País conseguir, sem 'bairrismos' políticos e dentro da lógica da necessidade do cidadão, estimular a iniciativa privada a ser uma parceira que apoie o setor público, haveria uma oportunidade de ganho muito maior em termos de acesso à saúde. O modelo dessa parceria, é claro, não poder ter um padrão nacional, tem que ser heterogêneo. Tem que ser regionalizado para atender as realidades e as demandas diferen-

ciadas, tanto de investimento quanto de necessidades, que existem no País.

Mas, o Brasil está avançando na área da saúde. Hoje, as interferências partidárias são menores e cada vez mais se percebe que as soluções para os problemas do Sistema devem nascer no campo técnico, e não político. Entretanto, o financiamento deveria ser maior para que o Sistema Único de Saúde evolua mais. Vale ressaltar que os recursos deveriam também ser alocados mais adequadamente. Existe um problema na administração e na distribuição. A forma como os recursos são distribuídos hoje dentro do sistema tripartite – tem governo federal, estadual e municipal – não garante que eles cheguem a quem de fato precisa.

Na área da saúde suplementar, existe uma preocupação grande com o processo regulatório. Hoje, grandes companhias estão verticalizando determinados serviços, ou seja, as empresas seguradoras assumem também a função de prestadoras de serviços. Isso é uma situação na qual ocorrem direcionamentos e oportunidades para ganhos que não necessariamente refletem uma economia de livre mercado. Existe uma preocupação no marco regulatório com os processos verticalizantes, que deveriam ser tratados de maneira diferente. O governo precisa estimular a agência que regula o setor de saúde complementar a ser mais independente, para criar mecanismos que garantam que as instituições trabalhem dentro de uma economia de mercado, mas protegendo os interesses dos cidadãos.”